

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-514-3 DOI 10.22533/at.ed.143190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E DEMOCRACIA

CAPÍTULO 1 1

A BURGUESIA BRASILEIRA NA CRISE POLÍTICA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM BALANÇO DA LITERATURA

[Felipe Queiroz](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906071

CAPÍTULO 2 18

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

[Alexandre Fernandes Corrêa](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906072

CAPÍTULO 3 31

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

[Fabiana Marissa Etzel Barddal](#)

[Ricardo Lobato Torres](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906073

CAPÍTULO 4 40

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

[Eliane Fátima Voitena](#)

[Maysa Nuernberg de V. Costa](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906074

GÊNERO: DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 5 47

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

[Maysa N. de Vasconcellos Costa](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906075

CAPÍTULO 6 57

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA BRASILEIRA

[Natália Schettine Marques](#)

[Milena Cirqueira Temer](#)

[Fernanda Franklin Seixas](#)

[Andréia Almeida Mendes](#)

[Lídia Maria Nazaré Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906076

CAPÍTULO 7	67
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	
Virginia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1431906077	
CAPÍTULO 8	75
HOMOFOBIA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO IF BAIANO – CAMPUS ITAPETINGA	
Cátia Brito dos Santos Nunes	
João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1431906078	
CAPÍTULO 9	82
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO – BA	
Péricles Sena dos Santos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.1431906079	
IDENTIDADE E CULTURA	
CAPÍTULO 10	91
BALATA, PARAFUSO, ENSINO E INVESTIMENTO: O TRABALHO NO ACERVO AUDIOVISUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO	
Rafael Fermino Beverari	
DOI 10.22533/at.ed.14319060710	
CAPÍTULO 11	105
DIÁLOGOS: BRASIL, ÁFRICA E O DESAFIO DE SANTCHO: O MACAQUINHO	
Patrícia Aparecida Souza	
Lídia Maria Nazaré Alves	
Leonardo Gomes de Souza	
Paulo César Risso de Souza	
Janilson Carvalho de Alvarenga Mendes	
Ivete Monteiro de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060711	
CAPÍTULO 12	116
DIREITO À CULTURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O NEOLIBERALISMO CULTURAL	
Bárbara Cristina Kruse	
Leonel Brizolla Monastirsky	
DOI 10.22533/at.ed.14319060712	
CAPÍTULO 13	125
IDENTIDADE E LUGAR: IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO DE GRANDE PORTE EM ÁREA HISTÓRICA NA CIDADE DE BAURU-SP	
Lucas do Nascimento Souza	
Tatiana Ribeiro de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.14319060713	

CAPÍTULO 14 138

O SUSTO E A ORDEM: O BARROCO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO BRASIL

[Wallace Faustino da Rocha Rodrigues](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060714

CAPÍTULO 15 155

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO: RESGATE HISTÓRICO E DESAFIOS

[Maria Antônia Valadares de Souza](#)

[Heber Rogério Grácio](#)

[Airton Cardoso Cançado](#)

[Nayara Silva dos Santos](#)

[Gislâne Barbosa](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060715

CAPÍTULO 16 167

IMAGEM E PODER: A FABRICAÇÃO DE LUÍS XIV E D. PEDRO II

[Cristiane Aparecida Rodrigues](#)

[Mariana Luana Martins](#)

[Lidiane Hott de Fúcio Borges](#)

[Amanda Dutra Hot](#)

[Germano Moreira Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060716

CAPÍTULO 17 180

AValiação ARQUEOLÓGICA EM ARTEFATOS CERÂMICOS ENCONTRADOS EM SANTARÉM: ÁREAS 4A E 4B DO SÍTIO PORTO

[Hudson Romário Melo de Jesus](#)

[Lilian Rebellato](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060717

CAPÍTULO 18 193

A QUESTÃO URBANA DERIVADA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM ARMANDO AUGUSTO DE GODOY: A CIDADE DESEJADA SOBRE A CIDADE QUE SE TEM

[Celina Fernandes Almeida Manso](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060718

CAPÍTULO 19 207

PORQUE O ESPÍRITO NÃO TEM FORMA, MUITO MENOS COR: O PRECONCEITO RACIAL E A PRESENÇA DE NÃO-NEGROS NA UMBANDA

[Mariana Datria Schulze](#)

[Andrieli do Canto Nunes](#)

[Denise Vieira Taborda](#)

[Isabela Holz](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060719

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 20 218

PROPOSTA ARQUITETÔNICA PARA UM CENTRO DE DANÇA MUNICIPAL EM PALMAS-TO

[Laryssa Aguiar Melo](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060720

CAPÍTULO 21	232
PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: GERENCIAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO	
Luana de Almeida Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.14319060721	
CAPÍTULO 22	244
AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES CIENTOMÉTRICAS A PARTIR DA WEB DE DADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
Sandro Rautenberg	
Paulo Ricardo Vивиurka do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060722	
CAPÍTULO 23	261
O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB: O ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO VINCULADOS À ÁREA DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
Lucicleide Cândido dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.14319060723	
CAPÍTULO 24	279
REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS IMAGENS DE THÉODORE DE BRY E O TEXTO ESCRITO NA OBRA “DUAS VIAGENS AO BRASIL” DE HANS STADEN	
Wallace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.14319060724	
CAPÍTULO 25	288
UM RECORTE SOBRE O CONCEITO DE CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE PERPETUAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS ORGANIZAÇÕES	
José Carlos de Souza	
Rosane Aparecida Moreira	
Roque Kleiber Silva Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.14319060725	
CAPÍTULO 26	296
A MORTE NA FILOSOFIA DE E.M CIORAN: CAMINHOS PARA O NIILISMO	
Jheovanne Gamaliel Silva de Abreu	
Luédlley Raynner de Souza Lira	
DOI 10.22533/at.ed.14319060726	
CAPÍTULO 27	305
BIBLIOTECÁRIOS DAS FORÇAS ARMADAS: PERFIS E CONCEPÇÕES	
Márcio da Silva Finamor	
DOI 10.22533/at.ed.14319060727	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	321
ÍNDICE REMISSIVO	322

FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Virginia de Souza

Universidade Estadual de Ponta Grossa-
Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
Aplicadas- Ponta Grossa- Pr

RESUMO: Este artigo tem como objetivo realizar uma aproximação teórica entre a categoria gênero e pobreza. Faz uma breve contextualização sobre o conceito de família enfocando sobre as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, as quais apresentam maior índice de pobreza se comparada as famílias chefiadas por homens, fenômeno este denominado feminização da pobreza. Como metodologia de pesquisa utilizou-se de pesquisa bibliográfica, a qual se fundamenta a partir do conhecimento disponível, principalmente de livros e artigos científicos, tem a finalidade de ampliar o conhecimento na área, depois utilizá-lo como modelo teórico que dará sustentação a outros estudos. Destaca-se no artigo que as famílias em condição de pobreza utilizam a rede de solidariedade e vizinhança, como estratégia de sobrevivência, como também, traz para a discussão o recorte de gênero utilizado nas políticas públicas as quais baseiam-se na focalização da mulher objetivando garantir maior eficiência às políticas de combate à pobreza, seja pela presença da mulher nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja

por sua presença significativa na população mais pobre, seja por seu papel desempenhado na família.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Gênero; Pobreza; Monoparentalidade.

SINGLE-PARENT FAMILIES AND THE FEMINIZATION OF POVERTY

ABSTRACT: This article aims at a theoretical approach between the category of gender and poverty. It makes a brief contextualization about the concept of family focusing on single parent families headed by women, which present a higher index of poverty when compared to the families headed by men, a phenomenon called feminization of poverty. As a research methodology, a bibliographic research was used, based on available knowledge, mainly of books and scientific articles, with the purpose of expanding knowledge in the area, then using it as a theoretical model that will support others studies. It is highlighted in the article that the families in poverty condition use the network of solidarity and neighborhood, as a strategy of survival, but also brings to the discussion the gender cut used in public policies which are based on the targeting of women aiming to ensure greater efficiency in policies to fight poverty, either because of the presence of women in housing and neighborhood issues, or

because of their significant presence in the poorest population, or because of their role in the family.

KEYWORDS: Family; Gender; Poverty; Single parenting.

1 | INTRODUÇÃO

Nossa inquietação a respeito do tema se deu em virtude da prática profissional, no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, onde observou-se que as famílias monoparentais vinculadas ao Programa Bolsa Família, utilizavam algumas estratégias quando do repasse de informações familiares ao cadastrador, a fim de conseguirem o direito ao Programa Social, bem como, utilizavam estratégias de sobrevivência quando na utilização da rede de apoio familiar, comunitária e religiosa para suprirem suas necessidades básicas. Para elucidar a realidade vivenciada no cotidiano laboral utilizamos algumas categorias para compreensão do objeto de pesquisa.

Com relação a abordagem metodológica utilizou-se da pesquisa bibliográfica, que segundo Zanella (2009, p. 82), apud Koche (1997) “[...] tem a finalidade de ampliar o conhecimento na área de pesquisa, dominar o conhecimento para depois utilizá-lo como modelo teórico que dará sustentação a outros problemas de pesquisa.”

Portanto, o presente artigo objetiva discutir as categorias pobreza e gênero, enfocando as famílias monoparentais, apontando a discussão de que as famílias chefiadas por mulheres encontram-se na zona de pobreza em comparação com as famílias chefiadas por homens. O artigo faz uma discussão trazendo arcabouço teórico que discute a temática, bem como, dados e indicadores que dão visibilidade a atual realidade brasileira.

2 | FAMÍLIA, POBREZA E GÊNERO

Segundo Segalen (1999), o modelo de família ocidental, nas décadas de 60 e 70, consistia no “modelo” do casamento monogâmico, articulado em torno da divisão de papéis sexuais. A partir dos anos 70 vários discursos começaram a emergir na sociedade como o discurso a respeito da “crise da família”, que enfatizava as dificuldades enfrentadas por esse núcleo em socializar seus membros diante das transformações ocorridas na sociedade.

Os avanços científicos com relação à concepção e a crescente participação feminina na força de trabalho, em consequência das dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias, redimensionaram a divisão sexual do trabalho, assim como, a forte expressão dos movimentos feministas que questionaram os fundamentos entre homens e mulheres contribuiu para as mudanças das relações dentro e fora da família (ROMANELLI, 2006). Essas mudanças socioeconômicas e culturais

interferiam consideravelmente na dinâmica e estrutura da família, promovendo alterações em seu padrão tradicional de organização (GOMES; PEREIRA, 2005). Desde a última década não se fala mais em “modelo de família” (apesar de o “modelo de família nuclear” ainda ser idealizado), mas sim em famílias, no plural, a fim de contemplar a diversidade de relações existentes na sociedade.

Para Segalen (1999), o termo **família** é considerado polissêmico. Para a estudiosa, o termo pode designar os indivíduos ligados pelo sangue e pela aliança e ao mesmo tempo designar a instituição que rege esses laços. A autora acrescenta ainda que, ao mesmo tempo em que a família pode designar a partilha da unidade residencial, também pode designar outro grupo de parentes e de aliados com os quais não se partilham a residência, isto é, a parentela com a qual se mantém ou não relações. O termo família ainda pode designar uma linhagem nobre, um conjunto de parentes mortos ou vivos que partilham a mesma história, uma reputação, um patrimônio. Para a autora, nossa sociedade está imbuída de utilizações metafóricas do termo família, seja designando parentela, linhagem ou mesmo reputação.

Com a Constituição Federal de 1988, o conceito de família ampliou-se no Brasil. A carta magna brasileira reconheceu a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar. Segundo Genofre (2006, p. 98) “[...] a situação anterior acarretava injustiças, sobretudo, às mulheres em situação irregular [...]”.

Na verdade, a Constituição de 1988 representou um marco com relação ao conceito de família, não só neste ponto da união estável, mas também com relação à garantia do “status” de família à situação em que a criança está sob a guarda de qualquer um dos pais.

Segundo autores que discutem a temática, a família composta por um dos pais e seus dependentes é denominada família monoparental (SEGALEN, 1999), sendo uma das faces da família contemporânea. Logo, falar em famílias é falar em diversidade e não apenas de uma forma singular, mas de uma forma plural. Por isso, estudar as famílias monoparentais é falar de uma demanda que está posta à sociedade, é falar também de uma das diversidades existentes dentre tantos arranjos familiares possíveis.

De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária de 2006, o termo “família” compreende:

[...] um grupo de pessoas com laços de consanguinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes. Sendo assim, a família, independente de seu formato, é a mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade e geradora de modalidades comunitária de vida (BRASIL, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, 2006, p. 69).

Diante disso, é possível perceber uma mudança de concepção do termo família, pelo menos teoricamente e de algumas políticas públicas, no tocante a abranger, desta forma, os mais diversos arranjos familiares existentes. Porém, ainda há muito que avançar socialmente, no que diz respeito à “aceitação” de outros arranjos distintos da família nuclear, formada por pai, mãe e filhos.

Segundo Ferrari e Kaloustian (2005), nos estudos sobre família, existe um consenso sobre o fato de que a situação de vulnerabilidade das famílias está diretamente associada à condição de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no país. Segundo estes autores, os programas de transição econômica e de ajustes macro-econômicos têm impulsionado a desagregação das famílias, o que ocasiona um aumento no número das famílias monoparentais, da questão migratória, por motivos de sobrevivência, dentre outras questões que afetam diretamente o entorno familiar.

Para Martins (2002), a pobreza é apenas o pólo visível de um processo de nulificação do indivíduo. A exclusão moderna é um problema social que abrange a todos. Para Almeida (2005), existem fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos indivíduos e, conseqüentemente, das famílias.

Fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência...), ou vinculados à violência, ao território, à representação política dentre outros, também afetam as pessoas. Segundo Francisco de Oliveira, as situações de vulnerabilidade podem ser geradas pela sociedade e podem ser originárias das formas como as pessoas (as subjetividades) lidam com as perdas, os conflitos, a morte, a separação, as rupturas (ALMEIDA, 2005, p. 02).

Diante deste quadro, observamos no cotidiano das famílias algumas estratégias para superarem, ou mesmo minimizarem as condições de pobreza, exclusão e vulnerabilidade que permeiam suas vidas.

Levando nossa discussão aos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, no ano de 2004 o Governo unificou quatro programas sociais: o auxílio gás, o bolsa alimentação e o bolsa escola. A unificação resultou no Programa Bolsa Família, criado pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209/2004, o qual introduziu condicionalidades na área da educação e saúde, tendo compromissos das famílias beneficiárias, para a permanência no programa. (BICHIR, 2010)

Segundo Bichir (2010), o Programa Bolsa Família atendeu a 11,1 milhões de famílias ou 46 milhões de pessoas, no ano de 2007. Porém, no entendimento dos profissionais da área, constitui-se um Programa que impõe condicionalidades, isto é, as famílias necessitam apresentar um determinado perfil para serem incluídas, como também devem cumprir as condicionalidades de permanência das crianças e adolescentes na escola, além do compromisso de acompanhá-las na pesagem até os seis anos de idade.

Diante da realidade de desemprego, aumento dos índices de pobreza de

grande parte da população, as famílias excluídas do processo de apropriação das riquezas produzidas coletivamente necessitam ser incluídas em Programas de Transferência de Renda, para que consigam sobreviver nesta relação capital versus trabalho, e conseqüentemente, consumir para que através do consumo, o sistema possa se manter. No entanto, para que sejam incluídas nestes programas acabam utilizando algumas estratégias. Este fenômeno é denominado, por alguns autores como **estratégias de sobrevivência**. Segundo Freitas (2001, p.93-94)

As famílias pobres são marcadas por uma grande instabilidade ocasionada por separações, morte, dificuldades econômicas e pela inexistência de instituições públicas que substituam eficazmente as suas funções (especificamente em termos protecionistas); desta forma, as crianças tornam-se responsabilidade de toda a rede de solidariedade em que a família está envolvida. (...) A coletivização seja na troca de favores ou nos cuidados com as crianças (bem como os velhos e doentes) faz parte das estratégias de sobrevivência elaboradas por essa população (FREITAS, 2001, p.93-94)

Questionando este posicionamento, vemos a importância do desvelamento deste cotidiano das famílias, principalmente as monoparentais a fim de compreender melhor estas estratégias e desta forma desmistificar ou mesmo “desconstruir” certos conceitos sobre as famílias que utilizam destes artifícios para que seja garantido o que lhes é de direito, isto é, a apropriação e/ ou divisão das riquezas produzidas pelo trabalho coletivo.

Outro fator importante quando se discute pobreza diz respeito a categoria gênero. Para Farah (2004), as mulheres, por mais que tenham maior escolaridade que os homens, acabam ganhando menos e em postos de trabalhos menos importantes.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, de 1996, também destaca a feminização da pobreza no país, chamando a atenção para a disparidade salarial [as trabalhadoras ganhavam em média 63% dos salários masculinos em 1990] e para a situação particularmente vulnerável das mulheres chefes de família. Em 1989, as famílias chefiadas por mulheres com filhos menores de 14 anos correspondiam a 58% das famílias com rendimento mensal até meio salário mínimo per capita. Dados de 1994 revelam que, enquanto o desemprego masculino era de 6,7%, o desemprego feminino atingia 13,9%. Acrescente-se que parte significativa das mulheres que ingressam no mercado de trabalho vai para o setor informal, onde estas não têm acesso a garantias trabalhistas e à previdência social (FARAH, 2004, p. 55).

Tal aspecto é também abordado por Torremocha (2006), socióloga espanhola, que enfoca o fenômeno da monoparentalidade. Esta expõe que, além do contínuo crescimento desse arranjo familiar em alguns países europeus, esta demanda proporciona um maior risco de pobreza que outros tipos de família. Segundo Torremocha (2006, p. 15) “... *Cuando se habla de feminización de la pobreza referido a las familias monoparentales se quiere indicar que las familias encabezadas por una mujer representan una mayor proporción del total de familias pobres que la población total [...]*”.

Dados do IPEA (2011), demonstram significativamente que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres apresentam menor faixa de renda, se

comparada com as famílias chefiadas por homens, sendo as famílias chefiadas por mulheres negras as mais vulneráveis.

De toda forma, ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491. Do mesmo modo, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, este percentual cai para 41% quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos. (IPEA, 2011, p.19)

Ao analisar programas e políticas públicas no Brasil, Farah (2004) afirma que o recorte de gênero dessas políticas baseia-se na focalização da mulher objetivando garantir maior eficiência às políticas de combate à pobreza, seja porque a mulher tem presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja por sua presença significativa na população mais pobre, seja por seu papel desempenhado na família.

A temática da focalização, por sua vez, outro dos elementos presentes na agenda de reforma, incide diretamente sobre a questão de gênero, uma vez que as mulheres, mais especificamente as mulheres pobres – das cidades e da zona rural -, têm sido consideradas como um dos segmentos mais vulneráveis da população, justificando a promoção de políticas ‘focalizadas’ (FARAH, 2004, p. 54).

A tendência de se colocar na agenda política a questão de gênero sofreu forte influência do feminismo internacional. Os movimentos sociais e entidades de mulheres passaram a recomendar, nas políticas públicas, a discriminação positiva de alguns grupos de mulheres mais atingidas pela exclusão. Nessa discriminação positiva recomendava-se especial atenção às mulheres negras, às mães solteiras e às chefes de família, pelo maior grau de vulnerabilidade destes segmentos. Porém, alguns movimentos e entidades de mulheres no Brasil têm divergências, pois uns colocam a necessidade da mulher ser priorizada nas políticas públicas devido a sua “funcionalização”, isto é, pelo “papel” que desempenha na família, pelo efeito multiplicador que a ação pode ter sobre a família e sobre a sociedade como um todo. Outro segmento enfatiza a necessidade de inclusão das mulheres nas políticas públicas por se tratar de um espaço de cidadania, ou seja, na constituição da mulher como sujeito social (FARAH, 2004).

Apesar das divergências existentes entre os movimentos e entidades de mulheres há consenso no que diz respeito à focalização da mulher pelas políticas públicas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo pode-se discutir sucintamente as categorias pobreza e gênero. Na discussão destaca-se a feminização da pobreza, trazendo dados e

indicadores que apontam que as mulheres trabalhadoras ganham menos que os homens e as famílias chefiadas por mulheres apresentam uma maior vulnerabilidade que as famílias chefiadas por homens. Enfocam sobre a focalização das mulheres nas Políticas Públicas tendo em vista o segmento mais vulnerável da população. Alguns autores possuem divergências quanto a necessidade prioridade da mulher nas políticas públicas, uns alegam que deve haver esta prioridade devido ao “papel” que a mulher desempenha na família, pelo efeito multiplicador que sua ação pode ter sobre a família e sobre a sociedade como um todo. Outros enfatizam a necessidade de inclusão das mulheres nas políticas públicas por se tratar de um espaço de cidadania, ou seja, na constituição da mulher como sujeito social.

Apesar das divergências existentes entre os movimentos sociais, entidades e autores, há consenso no que diz respeito à focalização da mulher pelas políticas públicas, devido a feminização da pobreza.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laura Maria Pedrosa. Vulnerabilidade Social. In: **Desenvolvimento Humano no Recife**. Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal – 1991-2000. Recife, 2005. Disponível em <http://www.recife.pe.gov/secplanejanto/pnud2006/doc/analisticos/vulnerabilidade%Social.pdf>. Acesso em 06/08/2016.

BICHIR, Renata Mirandola. **O Bolsa Família na berlinda?** Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. In: Novos Estudos CEBRAP. nº 87, julho, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200007. Acesso em 23/08/2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada de 05 de outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 1991, 200p.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, 2006.

BRASIL. IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

FARAH, Marta Ferreira. Gênero e políticas públicas. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 12, jan-abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004. Acesso em 06/08/2016.

FERRARI, Mario; KALOUSTIAN, Silvio Manoug. Introdução. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org). **Família brasileira a base de tudo**. 7. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2005, p.11-15.

FREITAS, Rita de Cassia. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso acari. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 71, ano XXIII, São Paulo: Cortez, 2001, p 80-121.

GENOFRE, Roberto Maurício. Família: uma leitura jurídica. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). **A família contemporânea em debate**. 7ª ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2006 p. 97-104.

GOMES, Mônica Araujo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 10 n.2. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

artex+S141381232005000200013&Ing=pt&nrm+isso> Acesso em 06/08/2016.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ROMANELLI, Geraldo. **Autoridade e poder na família**. In: CARVALHO. Maria do Carmo Brant. A família contemporânea em debate. 7. Ed. São Paulo: EDUC: Cortez, 2006, p. 73-88.

SEGALEN. Martine. **Sociologia da Família**. Tradução de Ana Santos Silva. Lisboa: Terramar, 1999.

TORREMOCHA. Isabel Madruga. **Monoparentalidad y politica familiar: dilemas em torno a la madre cuidadao/madre trabajadora**. In: Revista Centro de Investigaciones Sociológicas. Madri: Siglo, 2006. 316p.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. CAPES. UAB, 2009.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arqueologia 180, 182, 191

C

Cinema 91, 92, 94, 95, 96, 97, 103, 104

Conselhos 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 43

Controle social 46

Cultura 5, 15, 25, 28, 35, 36, 91, 104, 105, 119, 120, 123, 144, 180, 189, 190, 191, 192, 231, 264

D

Democracia 5, 31, 33, 38

Desigualdade 47, 56

E

Estado 5, 1, 7, 9, 10, 11, 13, 15, 22, 24, 26, 32, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 54, 60, 62, 63, 64, 85, 93, 94, 95, 99, 103, 104, 105, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 138, 153, 154, 157, 159, 162, 164, 169, 170, 174, 176, 177, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 202, 206, 237, 238, 265, 267, 269, 278, 321

F

Família 57, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 321

G

Gênero 5, 39, 47, 56, 67, 73, 114

H

Homofobia 78

I

Identidade 5, 24, 162, 270, 271

Impeachment 15

Informação 35, 88, 232, 233, 242, 243, 244, 245, 247, 258, 259, 260, 295, 305, 308, 315, 319

M

Morte 137, 296, 301

N

Nação 24, 29, 115, 117, 177

Niilismo 304

P

Pobreza 67

Poder 34, 167, 179

Preconceito racial 207

Produção de conhecimento 261

T

Território 5, 155, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

U

Umbanda 207, 208, 217

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-514-3



9 788572 475143